

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,**  
**ATUÁRIA, CONTABILIDADE E SECRETARIADO**

**CURSO DE ECONOMIA**

**INDUSTRIALIZAÇÃO DO NORDESTE**

**SILVANA ALVES GONÇAVES RIOS**

**FORTALEZA, JULHO, 2001**

# **INDUSTRIALIZAÇÃO DO NORDESTE**

**SILVANA ALVES GONÇAVES RIOS**

**Orientador: PROF. ANTÔNIO LUIS ABREU DANTAS**

**Monografia apresentada à  
Faculdade de Economia,  
Administração, Atuária,  
Contabilidade e  
Secretariado, para  
obtenção do grau de  
Bacharel em Ciências  
Econômicas.**

**FORTALEZA, JULHO, 2001**

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Economia, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, outorgado pela Universidade Federal do Ceará - UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Média

---

Silvana Alves Gonçalves Rios

Nota

---

Prof. Antônio Luis Abreu Dantas  
Prof. Orientador

Nota

---

Prof. Agamenon Tavares de Almeida  
Membro da Banca Examinadora

Nota

---

Prof. Raul dos Santos Filho  
Membro da Banca Examinadora

Monografia aprovada em 02 de julho de 2001

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I - O SURGIMENTO DA INDÚSTRIA NORDESTINA.....</b>	<b>3</b>
1.1 - O MODELO AGRO-EXPORTADOR.....	3
1.2 - A CRISE DO SETOR EXTERNO E O INÍCIO DA ARTICULAÇÃO COMERCIAL.....	4
1.2.1 - PERÍODO DE 1930 A 1955.....	8
1.2.2 - PERÍODO PÓS 1955.....	9
<b>CAPÍTULO II - A NOVA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO PARA O NORDESTE E A INTEGRAÇÃO PRODUTIVA .....</b>	<b>11</b>
2.1 - GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - GTDN E A CRIAÇÃO DA SUDENE.....	11
2.1.1 - OBJETIVOS ALCANÇADOS A PARTIR DAS PROPOSTAS GTDN.....	16
2.1.2 - CRÍTICAS FEITAS À POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO IMPLANTADA NA REGIÃO.....	18
<b>CAPÍTULO III - A INDÚSTRIA NORDESTINA - ALGUNS ASPECTOS</b>	<b>20</b>
3.1 - A REGIÃO NORDESTE NO CONTEXTO GERAL.....	20
3.1.1 - IMPORTÂNCIA DOS GRANDES PÓLOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE.....	25
3.1.2 - FORMAS DE ATUAÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA NORDESTINA.....	29
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>34</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>36</b>

## APRESENTAÇÃO

Este trabalho aborda a forma como se deu a industrialização do Nordeste iniciando-se com o período de hegemonia econômica da região no século XIX com a atividade açucareira e mostrando que a perda de importância daquela atividade fez o Nordeste perder "espaço" na economia nacional. Surgiram então manifestações sociais e mudanças qualitativas na forma de acumulação da economia nordestina. O Nordeste passa por diferentes etapas de articulação com as regiões mais industrializadas do país surgindo novos processos produtivos impondo à região alteração das relações comerciais. Foram adotadas políticas com o objetivo de promover a industrialização da região com destaque para a nova forma de atuação do Estado na economia, porém tais políticas foram elaboradas por pressão nacional para que fossem superadas as desigualdades sociais e para amortecer as crescentes tensões sociais.

## INTRODUÇÃO

A região Nordeste teve grande importância na economia nacional até o século XIX, com destaque para exploração da atividade açucareira voltada para o mercado externo.

Porém a perda de importância da economia açucareira fez a Região Nordeste perder continuamente sua participação na economia nacional.

A crise de 1930 serviu como início do processo de industrialização brasileira, já que foram acentuadas as disparidades inter-regionais concentrando-se na Região Centro-Sul o início desse processo de industrialização.

A situação de pobreza que vivia o Nordeste fez surgir diversas manifestações sociais e a região passa a ser vista como um problema nacional na medida em que se agravam os problemas da seca de 1958. Foi então formulada uma nova política de desenvolvimento com o objetivo de superação das desigualdades regionais, sendo então uma política não só de caráter assistencialista como antes, mas uma política ampla impulsionada pelos incentivos fiscais e financeiros, ou seja, procura-se trazer para o Nordeste o mesmo projeto que, nacionalmente, parecia ser a solução para o subdesenvolvimento: a industrialização.

A partir do objetivo de promover a industrialização da região Nordeste, passa a haver na região mudanças qualitativas no padrão de acumulação da economia nordestina, instalando-se um segmento industrial moderno caracterizado por subordinar-se às decisões extra-regionais.

O objetivo do presente trabalho é analisar o surgimento da moderna indústria nordestina e o processo de formação do mercado interno do país, com destaque para as diferentes etapas de articulação da região Nordeste com as regiões mais industrializadas. Para consecução do objetivo, serão abordadas as novas políticas



adotadas para a região com destaque para a nova forma de atuação do Estado na economia nordestina, mostrando que não houve, por parte do governo, empenho em adotar políticas de industrialização de forma direta para a região Nordeste no sentido de "socorrer" a região, e sim por pressão nacional para que fossem superadas as desigualdades regionais, bem como para amortecer as crescentes tensões sociais na região, mostrando ainda que as políticas regionais adotadas acabaram por aumentar a dependência do Nordeste em relação ao Centro-Sul. Os períodos em que houve crescimento da indústria nordestina ocorreram durante momentos em que crise nacional atingiu setores industriais.

O presente trabalho está estruturado em três capítulos:

1. O primeiro capítulo enfoca o surgimento da indústria nordestina desde o modelo agro-exportador até a crise do setor externo e início da articulação comercial do Nordeste com as demais regiões, bem como a chamada fase de industrialização restringida e fase da industrialização pesada;
2. O segundo capítulo abordará a questão da integração produtiva e a nova política de desenvolvimento para o Nordeste, com destaque para a implantação do GTDN e a criação da SUDENE. Serão ainda tratados os objetivos alcançados a partir das propostas do GTDN e feitas algumas críticas à política implantada na Região;
3. O terceiro capítulo caracterizará aspectos da indústria nordestina, sendo feitos alguns comentários sobre os pólos industriais do Nordeste. Serão também destacadas as formas de atuação do Estado na economia nordestina.

Por fim será apresentada a conclusão do presente trabalho.

## **CAPÍTULO I - O SURGIMENTO DA INDÚSTRIA NORDESTINA**

Para se fazer uma análise do surgimento da indústria nordestina, bem como da mudança qualitativa pela qual passou a região, é necessário que se faça uma abordagem do processo de formação do mercado interno do país e como se deu o processo de articulação comercial do Nordeste com as regiões mais industrializadas.

O presente capítulo se propõe a fazer, de forma sequenciada, uma análise de como ocorreram essas etapas e quais as consequências para a região.

### **1.1 - O MODELO AGRO-EXPORTADOR**

O complexo econômico nordestino teve início, no período colonial, com a produção do açúcar que constituiu o primeiro dos grandes ciclos econômicos do país. Sua produção se deu principalmente na zona litorânea nordestina conhecida como Zona da Mata. Havia ali excelentes condições de cultivo, boa localização quanto ao embarque do produto para a Europa e quanto ao recebimento de mão-de-obra escrava da África, como consequência da escassez de trabalhadores índios locais (BAER: 1996)

A Zona da Mata transformou-se em uma área de monocultura, aumentando então o volume das exportações de açúcar, tanto pela extensão de terra cultivada, quanto pelo crescimento da população escrava.

*A maior parte da cana-de-açúcar era cultivada em grandes fazendas (o número de escravos que trabalhava em uma propriedade de tamanho médio, na época, era de 80 a 100). (BAER: 1996, p.29)*

O interior do Nordeste (o agreste e o sertão) era o único ponto doméstico de integração econômica, já que o excedente da produção agrícola alimentava os habitantes das zonas de açúcar. A produção do açúcar era suficiente para garantir o



crescimento das exportações, garantindo assim lucro a vários agentes econômicos, como os fazendeiros e os comerciantes, agentes envolvidos com financiamento, expedição e comércio de escravos.

Celso Furtado (1972) faz uma comparação entre a estrutura produtiva do Brasil e as colônias inglesas da América do Norte e conclui que a grande propriedade existente no Brasil levou o país a ter um mercado bastante limitado e como consequência uma má distribuição de renda, ao contrário das colônias da América do Norte, caracterizadas por pequenas propriedades rurais garantindo assim uma distribuição de renda de forma bem mais uniforme. Houve então, na América do Norte, o aparecimento inicial de grande mercado interno, criando assim a base para o desenvolvimento inicial de um setor comercial e industrial independentes. Em contrapartida, no Brasil, houve uma estagnação da estrutura econômica colonial (Furtado: 1972)

Embora tenha havido certa estagnação, no início do século XVII, o Brasil havia se tornado o principal fornecedor de açúcar do mundo, tendo como principais centros de produção os estados de Pernambuco e Bahia e a cidade de São Vicente em São Paulo (BRUM:1998). Ao longo de todo o período colonial, o açúcar ocupou sempre o primeiro lugar no valor das exportações brasileiras.

A crise do Setor Externo mudou esse panorama e a região Nordeste passou a articular-se com as demais regiões.

## **1.2 - A CRISE DO SETOR EXTERNO E O INÍCIO DA ARTICULAÇÃO COMERCIAL.**

No final do século XVII verifica-se a decadência na economia açucareira devido à concorrência com os holandeses que passaram a produzir açúcar em

suas colônias das Antilhas, prejudicando as áreas produtoras das Américas. O centro de atividade econômica do país passa então da região Nordeste para o Centro-Sul.

Já na Segunda metade do século XVIII, a atividade algodoeira ganha certo destaque na economia do Nordeste fazendo renascer a agricultura de exportação da Região, notadamente no Maranhão, em Pernambuco e na Bahia.

Porém, o auge da economia algodoeira no Brasil foi muito curto. O surto de expansão do produto se deu quanto houve a Guerra de Secessão nos Estados Unidos e a independência das colônias inglesas na América do Norte. A Inglaterra, que abastecia sua indústria têxtil com o algodão norte-americano, passou a importar a matéria-prima do Brasil. Com o restabelecimento das relações entre os Estados Unidos e a Inglaterra, o algodão brasileiro perdeu "espaço" tanto a nível mundial como internamente (BRUM:1998).

No século XIX houve um incremento das inovações tecnológicas na atividade açucareira, havendo nesse momento um certo crescimento das exportações e da produção do açúcar, entre 1866-70 e 1881-85 (GUIMARÃES:1989). As inovações tecnológicas incluem criação de usinas e de caminhos de ferro com a construção de ferrovias que, além de encurtar as distâncias entre as diversas áreas regionais, proporcionam grande redução dos custos de transporte com significativos reflexos sobre a economia regional.

No final do século XIX, a economia agro-exportadora atravessa um grande problema de demanda externa, iniciando-se o processo de articulação comercial, que conforme afirma Guimarães Neto (1989, p. 49), tem como determinantes a necessidade, por parte dos produtores nordestinos, de escoamento de seus excedentes que antes eram dirigidos ao mercado externo e também o processo de industrialização da região Sudeste, que passa a abranger o mercado das demais regiões.

O mercado interno brasileiro consolida-se a partir desse momento, surgindo grandes alterações na estrutura dos mercados, ou seja, é a partir do desenvolvimento industrial que se forma o mercado interno.

Os nordestinos têm sua produção excessiva em relação ao consumo e assim acabam por subordinar-se aos interesses do capital mercantil nacional.

Resumidamente tem-se que a crise do setor nordestino teve como determinante a retração da demanda externa dos principais produtos primários nordestinos. A região passa de fornecedora para o mercado externo para fornecedora de insumos primários para o mercado nacional.

Os produtores nordestinos tentaram reagir, mas havia na região uma menor diversificação e especialização que faziam com que não conseguissem resistir ao domínio crescente das refinarias do Sudeste e ao capital mercantil. Em relação ao algodão, também verifica-se a imposição mercantil que se transforma no suporte para a nascente indústria têxtil do sul do país, com destaque para a produção paulista que passou a liderar também a produção de açúcar e de algodão.

A partir de 1850 a produção de café passou a ser a principal atividade econômica do país, tendo destaque como principal produto de exportação gerando fortunas e grande parte do capital inicial para a alavancagem do processo de industrialização (BRUM:1998). A tabela abaixo mostra a participação sobre o total da exportação brasileira de produtos como o café, açúcar, algodão, cacau e a borracha. Pode-se observar que a posição de destaque pertencia ao açúcar com 32,2% nos anos de 1821-1830, e após esse período passou a ter destaque a produção de café, com 69,5% entre os anos de 1921-1930, contra 1,4% referente ao açúcar no mesmo período. (BRUM:1998).

**Tabela 1 - Participação Percentual no Total da Exportação Brasileira dos Principais Produtos Cíclicos em alguns Decênios Típicos no Período 1820-1930.**

Decênio	Café	Algodão	Cacau	Borracha	Açúcar
1821-1830	18,6%	19,9%	0,4%	0,1%	32,2%
1861-1870	45,2%	18,3%	0,9%	3,1%	12,0%
1891-1900	63,8%	2,4%	1,5%	15,8%	5,6%
1901-1910	51,4%	2,1%	2,8%	27,9%	1,2%
1921-1930	69,5%	2,4%	3,1%	2,5%	1,4%

**Fonte:** BUESCU, Mircea & TAPAJÓS, Vicente. História do Desenvolvimento Econômico do Brasil. Rio de Janeiro, A Casa do Livro, 1958, p. 24-5 in BRUM:1998.

A economia cafeeira paulista introduz o trabalho assalariado e assim há a ampliação da mão-de-obra, desencadeando um processo de urbanização e formação de uma classe média que serve de alicerce para a formação do mercado interno e para criação das condições necessárias à industrialização no Brasil.

Surgem então efeitos secundários da economia cafeeira paulista que são o emprego de mão-de-obra imigrante livre, investimento estrangeiro na infraestrutura, acúmulo de capital de produtores de café e conseqüente desenvolvimento da indústria. Todos esses fatores levam a um aprofundamento do dualismo regional entre o Centro-Sul e o resto do país, principalmente o Nordeste (BAER:1996).

Com a Primeira Guerra Mundial há em todo o país, uma grande diminuição das exportações e grande restrição às importações. Nesse contexto o Estado de São Paulo passa a atender as necessidades do mercado periférico regional diversificando sua indústria especialmente nos anos 20. Muitas oficinas aumentaram sua capacidade de produção durante os anos da guerra.

Outro fator importante que causou impacto sobre as exportações brasileiras foi a crise de superprodução de café dos anos 30. As exportações passaram de US\$445,9 milhões em 1929 para US\$180,6 milhões em 1932 (BAER:1996, p.50)

Houve então a necessidade de intervenção do Estado a fim de proporcionar o ajuste entre oferta e demanda. O Estado passa a buscar para o país uma certa integração do mercado nacional visando uma política de âmbito nacional e não mais regional ou local.

Com isso, estabelece-se uma relação de complementaridade de centro-periferia, principalmente entre Nordeste e São Paulo. O Nordeste fornecia suas matérias-primas e gêneros alimentícios e recebia os produtos da indústria paulista.

Após a diversificação da indústria paulista, como consequência da Primeira Guerra, a relação inter-regional de complementaridade passa para uma situação de competitividade, afetando diretamente a economia nordestina.

A partir desse momento a economia brasileira passa por dois períodos distintos: de 1930 a 1955, caracterizando a fase chamada de "industrialização restringida" e a partir de 1955, chamada de fase da "industrialização pesada".

### **1.2.1 - PERÍODO DE 1930 A 1955.**

O período de 1930 e 1955 é caracterizado por uma fase de "industrialização restringida", ou seja, caracterizado por um período que é bastante restrita a indústria implantada e se estrutura no modelo de industrialização por substituição das importações.

A industrialização chamada restringida é devido à dependência, que ainda existia na época, do setor exportador.



Há nesse momento forte atuação do Estado através de intervenção, regulação e controle da economia. Um exemplo disso é a chamada Lei dos Similares que garantia proteção tarifária para os bens que fossem aqui produzidos. Essa lei foi um dos principais instrumentos para estimular o impulso da industrialização com objetivos de substituição de importação nos anos 50 (BAER:1996, p.74). Os investimentos estatais feitos no período Vargas foram fundamentais para o surto de industrialização do período JK (meados dos anos 50).

### 1.2.2 - PERÍODO PÓS 1955

A fase que se inicia nesse período é denominada de "indústria pesada", que se diferencia da fase de industrialização restringida por esta corresponder "a um padrão horizontal de acumulação, sem abruptas discontinuidades tecnológicas" (JOÃO MANUEL CARDOSO DE MELLO IN GUIMARÃES NETO:1989). O período a partir de 1955 caracteriza-se com a deterioração do setor agrário e a associação da burguesia industrial ao capital estrangeiro.

A fase da industrialização pesada compreende dois períodos: o de expansão entre 1956 e 1961 e o período de depressão, entre 1962 e 1967 (GUIMARÃES: 1989, p.102).

O período de expansão é caracterizado pela intervenção do Estado com o objetivo de recuperar o atraso histórico e proporcionar a modernidade do país.

O então Presidente Juscelino Kubitschek, com seu *slogan* "Cinquenta Anos em Cinco", implantou o Plano de Metas, um programa bem estruturado, com objetivo de fazer investimentos em cinco setores: energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação.



O segundo período, o de depressão, caracteriza-se por uma fase de crise global. Já no final do governo JK, reduziu-se o volume de investimentos (BRUM:1998).

Os principais determinantes para a desaceleração da economia nesse período são apontados por Guimarães Neto (1989,p.127.):

- conclusão de um conjunto de investimentos incapaz de realimentar a continuidade da expansão industrial;
- superdimensionamento da capacidade instalada;
- expansão dos mecanismos de financiamentos do período anterior;
- política de estabilização que passa a ser adotada no combate à inflação e a qual estavam associadas medidas ortodoxas de redução dos investimentos e do crédito.

É partir desse período de desaceleração da economia brasileira que ocorre um certo crescimento da economia nordestina.

Isso se dá como resultado da política de desenvolvimento regional adotada a partir da criação da SUDENE no final da década de 50, e que será abordada no próximo capítulo.

## **CAPÍTULO II - A NOVA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO PARA O NORDESTE E A INTEGRAÇÃO PRODUTIVA.**

Neste capítulo será feita uma abordagem sobre a nova política de desenvolvimento para a Região a partir do relatório do GTDN e da criação da SUDENE e o processo de integração da Região Nordeste com o resto do país e quais as consequências dessa integração.

### **2.1 - GRUPO DE TRABALHO PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - GTDN E A CRIAÇÃO DA SUDENE.**

No ano de 1956, no Governo de Juscelino Kubitschek, foi elaborado o relatório intitulado "Uma Política para o Desenvolvimento do Nordeste" elaborado pelo economista nordestino Celso Furtado.

Esse relatório propôs mudanças bastante relevantes na concepção do papel do Estado brasileiro para o alcance do desenvolvimento da região.

O relatório do GTDN enfatiza o desenvolvimento da Região Nordeste como política primordial a ser seguida pelo Governo Federal e coloca que: *A disparidade de níveis de renda existente entre o Nordeste e o Centro-Sul do país constitui, sem lugar a dúvida, o mais grave problema a enfrentar na etapa presente do desenvolvimento econômico nacional*" (GTDN,1978) (Revista Econômica do Nordeste, out./dez.1997).

A região é vista como viável do ponto de vista econômico, necessitando apenas do desenvolvimento de seu potencial garantindo assim o seu crescimento econômico.

Para isso o relatório tem como eixo central a industrialização do Nordeste que funcionaria como elemento dinâmico da economia da região conduzindo o crescimento do PIB.

Nesse sentido, a industrialização assumiria o papel desempenhado pela atividade agro-exportadora e viria com um caráter de industrialização substitutiva de importações como afirma Bacelar (1984,p.73): "Pensava-se numa industrialização de base regional, tanto que a argumentação utilizada para defender a saída via indústria insistia na existência de condições favoráveis no Nordeste, especialmente:

- 1) um mercado de dimensões razoáveis;
- 2) disponibilidades de certas matérias-primas;
- 3) mão-de-obra abundante relativamente mais barata que a do Sudeste."

A industrialização deveria contribuir para a redução do subemprego, criar uma nova classe dirigente com espírito de desenvolvimento e fixar na Região os capitais formados em outras atividades econômicas que tendiam a emigrar para outras regiões. Nesse sentido, o processo de integração, segundo o documento, deveria ser integrado a outros setores.

Resumidamente, o Plano de Ação apresentado pelo GTDN estava estruturado em torno de quatro diretrizes básicas (REN, v.28):

- 1) intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de produção manufatureira;
- 2) transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deveria ser intensificada;



- 3) transformação progressiva da economia das zonas semi-áridas no sentido de elevar sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas; e
- 4) deslocamento da fronteira agrícola no Nordeste, visando incorporar à economia da região as terras úmidas do *hinterland* maranhense, que estão em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da economia da faixa semi-árida.

Com essas considerações sobre as intenções elaboradas pelo GTDN vê-se o papel central e primordial que deveria ser desempenhado pela indústria.

No ano de 1959, como uma das propostas do GTDN, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE que veio modificar o papel do Estado redefinindo suas formas de atuação no final dos anos 50.

Antes da criação da SUDENE, a política implementada caracterizava-se por ser assistencialista e a intervenção estatal se dava de maneira não planejada.

O caráter assistencialista, para Maranhão (1984,p.87), pode-se chamar de "não-política" adotada, já que não se pode falar em política econômica para o Nordeste antes da criação da SUDENE, "na medida em que a atuação do Estado na área, feito de modo assistemático, tinha uma caráter nitidamente assistencialista". O Estado intervinha apenas em situações calamitosas no combate à seca e à miséria existente na região.

O Nordeste, no período imperial (1877-1879), teve, como primeira tentativa de "ajuda", o combate a uma grande seca que atingiu a região. Foram tomadas apenas medidas de emergência como construção de pequenas barragens e iniciados



projetos de construção de grandes represas. Após algumas denúncias de irregularidades e/ou favoritismos houve a criação da IOCS, mais tarde IFOCS e finalmente DNOCS, cujo objetivo era fazer o necessário no combate às secas, com construção de barragens e açudes, estradas e ferrovias, cavar poços, entre outras ações (MARANHÃO:1984, p.87/88).

Entretanto, várias obras feitas pelo DNOCS eram feitas em propriedades de grandes e médios fazendeiros, não sendo portanto obras públicas. E ainda, havia grande instabilidade de concessão de recursos por parte do Governo Federal. Logo conclui-se que não houve grandes transformações da estrutura econômico-social da região com a atuação do DNCOS. (Maranhão:1984)

A intervenção do Estado fez surgir, nos anos 30, o Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA, tendo como objetivo a "defesa da economia açucareira no Nordeste contra a competição da região de São Paulo" (Maranhão:1984,p.89), mas na verdade acabou representando um impedimento à modernização da economia nordestina.

A pobreza que vivia a região Nordeste fez surgir diversas manifestações sociais em nível regional e nacional exigindo uma solução no sentido de que fossem reduzidas as desigualdades regionais que eram vistas como responsáveis pelo problema da economia brasileira.

Alguns fatores contribuíram para a formulação da nova política de desenvolvimento adotada pela região com destaque para a mudança de atuação da Igreja Católica, a Construção de Brasília, o aparecimento das Ligas Camponesas, o Movimento Nacionalista-Populista e a vitória dos "Governadores de Reforma", no plano interno e externamente a Revolução Cubana e a Criação da Aliança para o Progresso (Maranhão:1984).

A partir da criação da SUDENE foram feitos investimentos públicos na região com o objetivo principal de formar capital social básico, bem como investimento industrial incentivado (Guimarães:1989).

Ocorreram transformações nas áreas menos desenvolvidas como fruto da integração entre as regiões através da transferência de capitais produtivos na direção Sudeste-Nordeste.

As repercussões sobre a região Nordeste causam mudanças qualitativas que eliminam em grande parte as barreiras antes impostas ao comércio inter-regional.

Entre 1961 e 1967 a economia nordestina apresentou índices e variações anuais do Produto Interno Bruto Real bem maiores do que a economia brasileira. As variações do PIB nacional em 1961 é de 10,3% enquanto do Nordeste é de 4,2%, mas já no ano seguinte, em 1962, esse número para o Brasil cai a metade (5,2%), elevando-se a variação para o Nordeste (6,1%). No ano de 1967 pode-se observar uma maior diferença nas taxas de crescimento, apresentando o Nordeste 11,2% enquanto o Brasil apresentou 4,8%.

**Tabela 2** - Índice e Variações do Produto Interno Bruto Real do Brasil e Nordeste - 1961/67 - (1960 = 100,0)

ANOS	BRASIL		NORDESTE	
	Índices	Variações Anuais(%)	Índices	Variações Anuais(%)
1961	110,3	10,3	104,2	4,2
1962	115,9	5,2	110,7	6,1
1963	117,7	1,6	116,0	4,6
1964	121,2	2,9	122,9	5,9
1965	124,5	2,7	126,2	2,6
1966	129,2	3,8	128,7	2,0
1967	135,4	4,8	143,1	11,2

FONTE: FGV/IBGE/DCS-Centro de Contas Nacionais (dados do Brasil) e SUDENE/CPR-Divisão de Contas Regionais (dados do Nordeste)  
Tabela extraída de Guimarães:1989,p.130)



### 2.1.1 - OBJETIVOS ALCANÇADOS A PARTIR DAS PROPOSTAS DO GTDN.

A partir das propostas do GTDN e da atuação da SUDENE, houve uma rápida expansão das atividades industriais com um crescimento do produto do setor industrial da ordem de 9% anuais com uma produção diversificada, impulsionada pela política de incentivos fiscais e financeiros representada fundamentalmente pelo mecanismo 34/18.

Esse mecanismo, em vigor em 1961, determinava que as empresas nacionais que investissem no setor industrial nordestino teriam 50% de abatimento no Imposto de Renda, devendo haver, no valor total investido, uma paridade entre os recursos próprios e aqueles obtidos através da isenção fiscal. Esse critério de paridade é modificado e diz que o investidor poderia participar com 75% do total do investimento, com 50% ou 25%. Outra mudança nesse mecanismo é que as empresas estrangeiras, a partir de 1963, também poderiam participar desse sistema de isenções.

Foram as seguintes as indústrias que lideraram os investimentos do mecanismo 34/18: química (30%), metalúrgica (16%), de minerais não-metálicos (7%), de material elétrico e de comunicação (4%), de papel papelão (4%). Há aí uma concentração de 60% dos recursos do sistema de incentivos, ficando apenas 30% para os segmentos tradicionais da indústria nordestina: têxtil (15%), alimentos (10%) e vestuário e calçados (3%). (BACELAR: 1984).

É importante ressaltar o desempenho dos produtores de bens intermediários. Com quase 60% dos investimentos através do sistema de incentivos, o setor aumentou sua importância de 16% para 41% no Valor da Transformação Industrial da Região, entre 1950 e 1975, enquanto há uma queda na participação do setor de bens de consumo não duráveis, de 83% para 48%. (BACELAR:1984).

Para Tânia Bacelar o crescimento industrial possui duas características essenciais: Dependência e Complementaridade.

Há dependência de recursos no sentido de que apenas 26% dos recursos que financiaram o crescimento da indústria nordestina eram de origem regional.

Há dependência de mercado, já que , 58% da produção das indústrias incentivadas destinavam-se a mercados fora da região. Sendo: 43% para o mercado nacional e 15% para o mercado internacional, e apenas 10% das empresas produziam exclusivamente para o mercado nordestino.

Em relação ao fornecimentos de insumos e à compra de equipamentos, a dependência se dá, naquele momento (até 1978), no sentido de que apenas 4% dos equipamentos eram originados do Nordeste e mais da metade dos insumos utilizados pelas indústrias incentivadas vinham de fora da Região.

Quanto à complementaridade, Tânia Bacelar coloca que os agentes da industrialização nordestina são principalmente extra-regionais e isso vai de encontro à expectativa do GTDN.

Alguns dados que comprovam a questão da complementaridade: quase 80% dos depósitos feitos por agentes interessados em usufruir dos incentivos fiscais eram oriundos do Rio de Janeiro e São Paulo; das 100 maiores empresas industriais brasileiras classificadas em 1971, 14 tinham projeto próprio ou em implantação no Nordeste e dos 16 sub-setores que resumem a estrutura industrial do país, 11 se reproduzem na estrutura industrial da Região; segundo pesquisa realizada pela SUDENE, em 1977, pelo menos 1/3 das empresas incentivadas pertenciam a grupos econômicos extra-regionais; e algumas empresas incentivadas, do total do capital social, cerca de 36,6% pertenciam a grupos privados nordestinos, 55,1% a grupos privados do resto do país (GUIMARÃES:1989, p.135/136).

Ou seja, a indústria nordestina passou a ter um novo perfil tendo sua dinâmica determinada pelos movimentos da economia nacional, com avanço nas exportações para o exterior, uma maior diversificação de produtos, produtos de maior valor agregado, mas com características de subordinação e dependência, principalmente, dos grandes grupos nacionais do Centro-Sul.

### **2.1.2 - CRÍTICAS FEITAS À POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO IMPLANTADA NA REGIÃO.**

Como já foi dito, apenas a partir da criação da SUDENE, é que a região Nordeste pode contar com uma intervenção do Estado de forma planejada. Porém, é possível examinar várias distorções na política de desenvolvimento adotada.

Como enfatiza Maranhão (1984) a política de desenvolvimento regional teve uma forte distorção setorial, com uma forte concentração em industrialização e infra-estrutura, ficando o desenvolvimento agrícola e a colonização - dois importantes pilares dos planos da SUDENE - em posição secundária.

A expectativa da SUDENE, em seu único projeto de grande escala no Nordeste do Maranhão, era, em se tratando de colonização, em cinco anos, transferir 25.000 famílias para o Maranhão e até 1972 apenas 875 famílias tinham sido deslocadas na área (MARANHÃO: 1984).

Ação da SUDENE, quanto ao desenvolvimento agrícola, era limitada a projetos de modernização, irrigação, assistência técnica, pesquisa agrícola e programa de extensão, mas mesmo assim não foi posta em prática.

Resumidamente, o que se pode concluir é que as políticas de desenvolvimentos adotadas para a região Nordeste, fizeram aumentar a sua dependência

em relação ao Centro-Sul, com forte penetração industrial dessa região via incentivos fiscais dados pelo mecanismo 34/18.

Alguns pontos conclusivos são ressaltados por Sílvia Maranhão (1989) referentes à integração do setor industrial do Nordeste com a economia nacional que a seguir destacaremos.

- 1) Não houve êxito a proposta do GTDN quanto à auto-suficiência da economia da região. Segundo o GTDN, o Nordeste deveria se industrializar e assim substituir suas importações. O que houve na realidade foi uma maior complementaridade das estruturas produtivas inter-regionais;
- 2) As técnicas de programação industrial deram lugar somente a viabilidade técnica, econômica e financeira dos projetos, ou seja, as oportunidades de investimentos foram consideradas mais importantes em detrimento de um modelo de estrutura que levasse ao desenvolvimento regional com recursos da região;
- 3) A concentração de indústrias nas cidades de Recife, Salvador e secundariamente em Fortaleza, caracterizando uma industrialização geograficamente desequilibrada e causadora de disparidades intra-regionais;
- 4) O processo de industrialização no Nordeste gerou um limitado número de empregos diretos e indiretos, com baixa qualidade de mão-de-obra devido ao fato de terem vindo para a região indústrias baseadas em tecnologias intensivas de capital;
- 5) Reflexo negativo na balança comercial do Nordeste devido ao aumento das importações do Centro-Sul.

Todas essas distorções são resultado da política de desenvolvimento regional adotada na região. A economia do NE inserida na economia nacional teria que se adequar às condições de concorrência e, portanto, não poderia se desenvolver baseada em uma "reserva de mercado" como acontecera em nível nacional.

Esse capítulo procurou mostrar, em linhas gerais, as características do processo de industrialização do Nordeste, tendo como base o relatório elaborado pelo GTDN e as ações implantadas pela SUDENE. No próximo capítulo serão analisadas algumas características da indústria nordestina.

### **CAPÍTULO III - A INDÚSTRIA NORDESTINA - ALGUNS ASPECTOS**

#### **3.1 - A REGIÃO NORDESTE NO CONTEXTO GERAL**

Foram bastante significativos os impactos sobre a Região Nordeste após sua integração com as demais regiões. Surgiram novos processos produtivos, novas relações de trabalho e novas formas de acumulação, impondo à região um novo dinamismo. A partir do processo de transferência de capitais produtivos passa a haver no Nordeste profundas transformações, intenso crescimento econômico e grande modernização como enfatiza Celso Furtado:

"Os obstáculos que em outras partes do mundo limitam o processo de modernização - e que se originam na balança de pagamentos e na insuficiente dimensão do mercado interno face às exigências de tecnologia moderna - no Nordeste são contornadas graças à integração industrial com o Centro-Sul" (FURTADO:1981)

As novas relações de trabalho ou os novos processos de produção não são os únicos reflexos do processo de integração e da presença de capitais



produtivos na região. As relações que as unidades produtivas estabelecem entre si, principalmente com a presença da grande empresa, alteram-se de forma bastante significativa, bem como alteram-se as relações comerciais e suas formas.

Em nível nacional, a economia perdeu seu dinamismo no início dos anos 60, apresentando taxas declinantes do PIB real, chegando a 10,3% em 1961 e decrescendo para 5,3% em 1962, 1,5% em 1963 e 2,4% em 1964 (BAER:1996).

As possibilidades de crescimento econômico do país com base na expansão da indústria de bens de consumo duráveis haviam se esgotado com a desaceleração do processo de substituição de importações.

Alguns críticos estruturalistas ou não-ortodoxos não acreditavam no crescimento da economia via processo de industrialização para substituir importações. Achavam que o referido processo não havia solucionado problemas socioeconômicos, como o atraso do setor agrícola ou a má distribuição da renda.

De fato, o país passou pela chamada crise de estabilização caracterizada pelo processo de estagnação/recessão. Houve redução dos investimentos, do ritmo das atividades econômicas e um aumento da inflação atingindo 51,7% em 1962, 79,9% em 1963, com expectativas de chegar a 140% em 1964, caracterizando, portanto, uma situação de "estagflação", ou seja, estagnação econômica e descontrole inflacionário, conforme comprova a tabela abaixo:

**Tabela 3 - Desempenho econômico-financeiro do governo Goulart (1961-1963)**

	Ano				
	Crescimento do PIB (%)	Inflação (%)	Exportação	Importação	Balanço de Pagamentos
	(%)	(%)	(Em milhões de dólares)		
1961	8,6	47,79	1.403	1.292	115
1962	6,6	51,65	1.214	1.304	-346
1963	0,6	79,87	1,406	1.294	-244

Fontes: IBGE e Banco Central do Brasil in BRUM: 1998



Essa fase de estagnação do país esteve presente até 1967, quando houve o chamado *boom* econômico que persistiu de 1968 a 1974.

Nesse período, conhecido como período do "milagre brasileiro", se pretendia retirar o país da condição de subdesenvolvimento e inseri-lo no chamado Primeiro Mundo. Foi elaborado o I Plano Nacional de Desenvolvimento - I PND, para 1972-74, no qual traçou-se as diretrizes da política econômica a ser adotada. O objetivo central do governo seria alcançar o crescimento econômico acelerado, com expansão da indústria de bens de consumo duráveis.

O país alcançou elevadas taxas de crescimento durante o período do "Milagre" passando de 9,8% do PIB em 1968 para 10,4% em 1970, 11,3% em 1971, 12,1% em 1972 atingindo 14% em 1973 (BAER:1998). Tais números mostram que a economia brasileira praticamente dobrou seu tamanho em apenas seis anos. Esse crescimento baseou-se, principalmente, na utilização da capacidade ociosa, expansão da indústria com uma taxa média de 13,1% e dos serviços, com 11,7% (BRUM:1998). Conforme mostra a tabela a seguir, entre os anos de 1964-1967 o país teve um modesto crescimento com taxas médias anuais de 3,6%, ou seja, houve naquele momento uma relativa estagnação econômica. Na fase seguinte, o país alcançou uma excelente taxa anual (11,2%) (BRUM:1998).

**Tabela 4 - Taxas Médias Anuais de Crescimento do Produto Interno Bruto, por Períodos - (%) - BRASIL**

Período	Total	Indústria	Serviços	Agricultura
1964-1967	3,6	-	-	-
1968-1973	11,2	13,1	11,7	3,9
1974-1980	6,9	7,4	8,1	4,3
1981-1984	-0,3	-2,1	1,1	2,5

Fonte: Fundação Getúlio Vargas in BRUM:1998

Porém, o ano de 1973, foi marcado pelo primeiro choque do petróleo, quando houve a quadruplicação de seus preços, repercutido em toda a economia mundial, principalmente nos países importadores, como o caso do Brasil, que importava mais de 80% do petróleo que consumia (BRUM:1998). A fase de crescimento da economia começa então a dar sinais de esgotamento originados tanto pelo choque do petróleo como por origens internas. A taxa anual média de crescimento passa para 6,9%, entre os anos de 1974-1980, representando declínio no ritmo de crescimento (BRUM:1998).

O governo então passa a reagir à crise com a elaboração do II Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND (1975-79), tendo como objetivo construir o desenvolvimento e a grandeza nacional, através de um novo salto industrial.

Esse plano tem como base:

- 1) substituição das importações de produtos industriais básicos (aço, alumínio, cobre, fertilizantes, produtos petroquímicos) e bens de capital;
- 2) rápida expansão da infra-estrutura econômica (energia hidráulica e nuclear, produção de álcool, transportes e comunicação) (BAER:1996, P.105).

A economia brasileira passa a enfrentar um final de década (anos 70), marcado pela desaceleração da economia e um quadro recessivo no início dos anos 80, quando houve o segundo choque do petróleo em 1979. Com o choque, houve grande declínio nas relações de troca e grande aumento nas taxas de juros mundiais, aumentando o custo dos empréstimos e do serviço da dívida não liquidada, já que a maior parte da dívida brasileira tinha sido contraída em base de taxa de juros flexível (BAER:1996).

O governo lança então um "programa emergencial" com dois objetivos básicos: conter a inflação e estimular a agricultura. Foi elaborado do III PND (1980-1985) como uma tentativa de enquadrar o país à nova situação da economia. Alguns pontos principais são: acelerado crescimento da economia, da renda e do emprego; melhoria da distribuição de renda; redução das disparidades regionais; equilíbrio do balanço de pagamentos; controle do endividamento externo; desenvolvimento da agropecuária; desenvolvimento do setor energético; e controle da inflação (BRUM:1998).

No que se refere à questão regional, tem-se que no período 1970-80, o Nordeste "engata" na dinâmica nacional após sua integração produtiva com as demais regiões. Essa é a fase em que há uma desconcentração da atividade produtiva no País, ou seja, os capitais privados buscam outros centros além da Região Sudeste, caracterizada como o centro mais industrializado.

Um ponto bastante relevante, que é ressaltado por Bacelar (1995), é que mesmo após o processo de integração econômica, as regiões do País continuaram com suas respectivas estruturas produtivas e com grandes diferenciações. Essas diferenciações favorecem a Região Nordeste nos anos de crise. Nos momentos de crise dos anos 70-80, enquanto a economia brasileira desacelerou, indo de uma taxa de

crescimento de 11% ao ano para menos de 7% (entre 1974 e 1980), as atividades econômicas no Nordeste cresceram 7,4% no mesmo período (BACELAR:1995).

A indústria instalada no Nordeste resistiu melhor aos efeitos da recessão do País por ser mais especializada na produção de bens intermediários. O setor mais atingido foi o setor industrial e os setores produtores de bens de capital e bens de consumo duráveis. Logo o Nordeste beneficiou-se por se diferenciar das regiões mais industrializadas.

Com o processo de desconcentração da atividade produtiva, comentado acima, cada região utilizou-se de seus respectivos recursos naturais, originando-se assim no Nordeste, importantes pólos de desenvolvimento agroindustrial e industrial que serão tratados na próxima seção.

### **3.1.1 IMPORTÂNCIA DOS GRANDES PÓLOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE.**

A nova dinâmica da economia brasileira fez surgir no Nordeste grandes focos responsáveis pelo desempenho positivo da economia regional.

Dentre os pólos dinâmicos destacam-se, em relação às atividades industriais, o complexo petroquímico de Camaçari, o pólo têxtil e de confecções de Fortaleza, o complexo minero-metalúrgico de Carajás. Com base na agricultura irrigada, o pólo agroindustrial de Petrolina/Juazeiro, e ainda áreas de moderna agricultura de grãos. A seguir teceremos breves comentários sobre cada um dos centros de desenvolvimento acima referidos.

O pólo petroquímico de Camaçari, primeiro complexo planejado do País, localizado no Estado da Bahia, foi implementado nos anos 70 com um investimento



de cerca de US\$ 4,5 bilhões com grande participação de capitais privados nacionais e multinacionais e grande suporte estatal.

O pólo petroquímico tem alterado de forma bastante significativa a estrutura da economia da Bahia com grande importância na produção de bens intermediários, tanto que no ano de 1990, o pólo, sozinho, contribuiu com 13,6% da receita tributária do Estado da Bahia, sendo 32,8% o seu peso na receita do ICMS gerado pela indústria de transformação (BACELAR: 1995).

Houve grande aumento do peso do setor secundário de 12% em 1960 para quase 30% do PIB estadual em 1990 (BACELAR:1995).

Quanto à geração de empregos, em 1989 foram 25 mil empregos diretos e 31 mil empregos indiretos, representando 19,6% do emprego gerado na indústria de transformação do Estado da Bahia, gerando assim grandes oportunidades de renda para o Nordeste. (BACELAR: 1995)

Os empregos gerados são fruto tanto de empresas químicas, petroquímicas como de outros ramos de atividades como indústria automobilística, de celulose, metalúrgica do cobre, têxtil, bebidas e serviços.

Grande parte das empresas do Pólo está hoje interligada por dutovias a uma central de matérias-primas, que é a Copene Petroquímica do Nordeste S.A. É a maior indústria do Complexo de Camaçari, e é a que recebe derivados de petróleo da Petrobrás, principalmente a nafta, e os transforma em petroquímicos básicos como o eteno, propeno, benzeno, tolueno, butadieno, xilenos, solventes e outros. Estes produtos são fornecidos às indústrias vizinhas, de segunda geração que fabricam os petroquímicos intermediários e alguns produtos finais. Há ainda existência de um eneduto com mais de 400 quilômetros de extensão que interliga a Copene Trlkem, em Maceió, fazendo a conexão entre os pólos Petroquímicos de Camaçari e Cloroquímico de Alagoas. Alguns exemplos de produtos petroquímicos e químicos: plásticos, fibras

sintéticas, borrachas sintéticas, resinas e pigmentos, resultando, após, transformados em embalagens, utilidades domésticas, mobiliário, materiais de construção, vestuários, calçados, componentes da indústria eletrônica, informática, automobilística e aeronáutica, tintas, produtos de limpeza, medicamentos, corantes, defensivos agrícolas e fertilizantes.

O pólo têxtil e de confecções de Fortaleza em virtude de sua atualização tecnológica, é competitivo nacional e internacionalmente (no caso da fiação). Contribui para aumentar o número de estabelecimentos têxteis entre 1970 e 1985 de 155 para 358, e estabelecimentos ligados ao vestuário aumentaram de 152 para 850, gerando assim grande número de empregos. Conforme informações fornecidas pelo Sindicato da Indústria de Confecções do Ceará, em 1991, o pólo têxtil cearense reunia cerca de 3 mil empresas, gerando 60 mil empregos diretos e sendo responsável por 12% do ICMS do Estado (Lima e Katz, 1993 in Bacelar: 1995).

O pólo cearense enfrentou um problema proveniente da produção de algodão por conta da praga do bicudo. Porém, nos efeitos "para frente" há grandes perspectivas de instalação de pequenas e médias malharias que se beneficiariam das fiações já existentes.

Quanto ao ramo de confecções, há muito espaço para ampliação do setor de tecelagem, já que 60% dos tecidos são provenientes de outros Estados, e espaço para o setor fornecedor de aviamentos e linhas, já que 80% destes produtos vêm de fora (Lima e Katz, 1993 in Bacelar: 1995)

O complexo minero-metalúrgico do Maranhão teve importante contribuição da Companhia Vale do Rio Doce que implantou a infra-estrutura para exploração e exportação de minério de ferro. Foram feitos grandes investimentos de modo que nos anos 80 o PIB total do Estado aumentou de US\$ 2 bilhões em 1980 para US\$ 3 bilhões em 1987, tendo o produtos da indústria ampliado sua participação no total estadual de 14,3% para 21,8% (BACELAR:1995)



Destaca-se ainda outro projeto na região como o projeto CELMAR, para produção de celulose, que tem como sócio a Companhia Vale do Rio Doce. Para este projeto foram feitos investimentos de cerca de US\$ 1,2 bilhão, com uma produção em volta de 420 mil toneladas/ano, gerando 800 empregos diretos e cerca de 3.200 empregos indiretos (LIMA E KATZ, 1993 in BACELAR:1995)

O projeto da ALUMAR, que é uma associação das empresas ALCOA, ALCAN e BILLINGTON, teve como investimento cerca da US\$ 2 bilhões para produção de 3 milhões de toneladas/ano de alumina e 500 mil de alumínio.

A ALUMAR mudou de forma significativa os padrões da economia maranhense, criando 4.100 empregos diretos e cerca de 1.200 empregos indiretos (LIMA E KATZ, 1993 in BACELAR:1995).

O complexo agroindustrial de Petrolina/Juazeiro surgiu nos anos 70 e constituiu grandes projetos de irrigação. Contou com importante participação do Estado na implantação da infra-estrutura de captação e distribuição de água. Os produtos provenientes do complexo agroindustrial são de elevado valor comercial, sendo vendidos tanto internamente como externamente. Houve a implantação de grandes projetos de médias empresas nacionais e internacionais, de ramos variados como processamento de alimentos, bens de capital, embalagens, equipamentos para irrigação, materiais de construção, fertilizantes e rações (Lima e Katz, 1993 in Bacelar:1995), sendo assim gerados cerca de 24 mil empregos (GALVO, 1990 in BACELAR: 1995).

Áreas de moderna agricultura de grãos vão do oeste baiano ao sul do Maranhão e Piauí. Avanços tecnológicos possibilitaram o cultivo da soja na região dos cerrados baianos com importante papel os subsídios por parte do governo e investimentos públicos em infra-estrutura. Com a produção de soja surgem diversas atividades ligadas à agricultura moderna. Entre os anos de 1980/1981 e 1985/1986 houve grande expansão (143 vezes) da área cultivada com a soja e a produção expandiu-

se em 848 vezes. Na safra de 1991/92 foram produzidas 800 mil toneladas de grãos no oeste da Bahia. Do total da produção de soja, cerca de 230 mil toneladas foram absorvidas no Nordeste, sendo exportadas em média 140 mil toneladas de farelo. (LIMA E KATZ, 1993 in BACELAR:1995). Essas áreas apresentam atividades como avicultura, suinocultura, frigorificação de carnes, ou seja, são áreas que conforme afirma Tânia Bacelar, são áreas que não conhecem crise nem recessão.

Todos esses pólos constituem áreas de grande dinamismo da atividade econômica na região Nordeste e contribuem para o desenvolvimento regional, gerando empregos diretos e indiretos e são consequência também da forte presença do Estado como incentivador da atividade produtiva.

Na próxima seção serão abordadas algumas formas de atuação do Estado na economia regional.

### **3.1.2 - FORMAS DE ATUAÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA NORDESTINA**

A presença do Estado na economia nordestina contribuiu fortemente para definir o perfil de desenvolvimento econômico da região. São muitas as formas de atuação do Estado, tanto quanto a políticas explicitamente regionais, como outras que são nacionais ou setoriais, mas que refletem fortemente no Nordeste, sendo chamadas de políticas implicitamente regionais. (GUIMARÃES:1989)

Conforme afirma Guimarães (1989) são pelo menos três as formas de atuação do Estado na economia nordestina:

- 1) no estímulo e incentivo à atividade produtiva;
- 2) na constituição do capital social básico (infra-estrutura econômica e social);

3) na oferta de serviços sociais e na gestão das relações de trabalho.

Durante a fase de consolidação do processo industrial, que até 1955 é chamada de industrialização restringida e após essa data é chamada de indústria pesada, havia uma quase ausência do Estado na economia nordestina, caracterizando um Estado apenas assistencialista, enquanto no Sudeste encontrava-se um Estado fortemente presente.

Apenas com a "regionalização da grande indústria no Brasil" (GUIMARÃES:1989) é que há a consolidação e definição da presença do Estado através de vários órgãos e instituições. São exemplos os incentivos fiscais e financeiros, visando atrair capitais de fora da região, através do mecanismo 34/18 do FINOR, o sistema bancário oficial e banco de desenvolvimento, tradicionais sistemas de apoio às atividades exportadoras, e o sistema financeiro de habitação e saneamento básico, através do BNH.

Houve, por parte do governo, a separação de áreas de intervenção compreendidas entre:

- atividades produtivas;
- administração pública, serviços comunitários e sociais e infraestrutura social;
- infra-estrutura econômica.
- financiamento da atividade econômica via bancos oficiais federais (BNB e BB) e pelo sistema de bancos estaduais de desenvolvimento.

Considerando o período de 1965 a 1980, pode-se observar, na tabela 5 abaixo, uma concentração dos investimentos em infra-estrutura econômica, que representou uma média de 48,7% da formação de capital fixo. Os investimentos em atividades produtivas representavam uma média de 22,8% e a administração pública,

serviços comunitários e sociais e infra-estrutura representaram uma média de 28,4% do total de investimentos no período considerado.

Os investimentos feitos em serviços comunitários e infra-estrutura social, com destaque especificamente para o saneamento básico, tiveram grande importância a partir da década de 70, apresentando um decréscimo dos investimentos em 1980, passando de 12,5 em 1974, para 4,3 em 1980. Isso se deveu basicamente a uma diminuição da participação do BNH na formação de capital associada à crise e recessão do final dos anos 70 e início dos anos 80.

**Tabela 5 -Nordeste - Formação de Capital Fixo do Setor Público, segundo Áreas de intervenção da Ação Governamental**

Especificação-----	ANOS-----							
	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972
<b>Atividades</b>								
<b>Produtivas.....</b>	<b>31,6</b>	<b>27,3</b>	<b>29,1</b>	<b>22,5</b>	<b>23,3</b>	<b>19,6</b>	<b>19,5</b>	<b>23,8</b>
Agropecuária .....	3,8	4,2	4,5	3,0	3,3	2,8	3,9	3,0
Indústria .....	26,4	21,7	24,0	18,3	18,7	15	13,9	19,1
Serviços .....	1,4	1,4	0,6	1,2	1,3	1,8	1,7	1,7
<b>Administração</b>								
<b>Pública,Serviços</b>								
<b>Comunitários</b>								
<b>e Sociais e</b>								
<b>Infra-estrutura.....</b>	<b>24,2</b>	<b>27,3</b>	<b>23,7</b>	<b>27,4</b>	<b>27,1</b>	<b>31,4</b>	<b>23,8</b>	<b>23,0</b>
Administração								
Pública,								
Serviços								
Comunitários e								
Sociais .....	18,5	20,5	17,6	22,3	21,4	24,0	17,8	17,5
Saneamento								
Básico .....	5,7	6,3	6,1	5,1	5,7	7,4	6,0	5,5
<b>Infra-estrutura</b>								
<b>Econômica .....</b>	<b>44,2</b>	<b>45,4</b>	<b>47,2</b>	<b>50,1</b>	<b>49,6</b>	<b>49</b>	<b>56,7</b>	<b>53,2</b>
Energia Elétrica .....	21,0	15,8	15,4	18,0	15,6	13,3	16,7	19,7
Transporte e								
Armaz.....	22,7	29,4	30,1	29,8	31,1	33,1	36,0	27,9
Comunicações.....	0,5	0,2	0,7	2,3	2,2	2,1	4,0	5,6
<b>TOTAL.....</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

**Fonte:** SUDENE/CPR/Divisão de Contas Regionais

CONTINUAÇÃO PARA OS ANOS ENTRE 1973 E 1980



Especificação	ANOS							
	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
<b>Atividades</b>								
<b>Produtivas.....</b>	<b>18,5</b>	<b>16,2</b>	<b>17,1</b>	<b>19,2</b>	<b>23,1</b>	<b>21,5</b>	<b>23,3</b>	<b>29,4</b>
Agropecuária .....	2,9	2,9	3,6	4,0	3,7	3,3	4,5	6,8
Indústria .....	13,2	12,1	11,6	13,5	16,0	13,2	15,9	19,1
Serviços .....	2,4	1,2	1,9	2,2	3,43	5,0	3,4	3,5
<b>Administração</b>								
<b>Pública, Serviços</b>								
<b>Comunitários</b>								
<b>e Sociais e</b>								
<b>Infra-estrutura.....</b>	<b>26,7</b>	<b>33,3</b>	<b>31,7</b>	<b>27,5</b>	<b>27,6</b>	<b>39,4</b>	<b>32,8</b>	<b>27,4</b>
Administração								
Pública,								
Serviços								
Comunitários e								
Sociais .....	21,3	25,7	19,2	23,1	21,8	22,20	19,3	23,1
Saneamento								
Básico .....	5,4	7,9	12,5	4,4	5,8	17,2	13,5	4,3
<b>Infra-estrutura</b>								
<b>Econômica .....</b>	<b>54,8</b>	<b>50,2</b>	<b>51,2</b>	<b>52,8</b>	<b>49,3</b>	<b>39,1</b>	<b>43,4</b>	<b>43,2</b>
Energia Elétrica ....	16,7	18,0	25,4	26,5	25,9	20,7	19,8	17,6
Transporte e								
Armaz.....	31,9	26,4	18,0	17,5	15,6	13,3	12,2	14,0
Comunicações.....	6,2	5,8	7,8	8,8	7,8	5,1	11,4	11,6
TOTAL.....	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: SUDENE/CPR/Divisão de Contas Regionais.

## Conclusão

A região Nordeste articula-se com as demais regiões do país passando pelas fases de isolamento relativo, articulação comercial e integração produtiva. É a partir da fase de integração produtiva que há na região a transferência de capitais produtivos na direção Sudeste-Nordeste, havendo fortes repercussões sobre o Nordeste com mudanças qualitativas e eliminação de barreiras ao comércio inter-regional.

A partir dos esforços de comercialização de seus produtos, a Região Nordeste busca cada vez mais articular-se com outras regiões, principalmente com o Sudeste - região que encontrava-se em plena expansão de mercado.

Para a industrialização da região Nordeste foram fundamentais os incentivos fiscais e financeiros concedidos através do mecanismo 34/18 do FINOR e a nova forma de intervenção do Estado na economia que após a criação da SUDENE, nos anos 50, passou a intervir de forma planejada havendo assim uma rápida expansão das atividades industriais.

A partir da nova forma de atuação do Estado na economia nordestina e da integração com o resto do país, surgiram novos processos produtivos e novas relações de trabalho impondo à região um novo dinamismo, com alteração das relações comerciais e suas formas.

No início dos anos 60 a economia nacional perdeu seu dinamismo com taxas declinantes do PIB fazendo o país passar pela chamada crise de estabilização até 1967, quando houve o período do "milagre econômico" que persistiu de 1968 a 1974.

Nesse contexto, a região Nordeste, no período de 1970-80, toma uma posição de destaque na dinâmica nacional, havendo a desconcentração da atividade produtiva da região Sudeste. As diferenças que continuaram existindo entre o Sudeste e o Nordeste, acabaram por beneficiar a região Nordeste. Nos momentos de crise nacional, quando houve a desaceleração da economia, as atividades econômicas do Nordeste apresentaram crescimento. Os setores mais atingidos pela crise foram os setores industrial, de bens de capital e de bens de consumo duráveis. A indústria do Nordeste era mais especializada na produção de bens intermediários.

Mostra-se com isso que a crise nacional proporcionou um desenvolvimento da indústria nordestina, ou seja, a região "aproveitou" momentos de crise para se sobressair na produção de bens intermediários.

## **BIBLIOGRAFIA**

ABREU, Marcelo Paiva (org). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ALMEIDA, Rômulo. **Nordeste: desenvolvimento social e industrialização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Brasília: CNPq, 1985.

BAER, Wener. **A economia brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996.

BACELAR, Tânia Araújo (1984). **Industrialização do nordeste: intenções e resultados in A questão nordeste: estudos sobre a formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

BRUM, Argemiro. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 18.ed: Petrópoles-RJ: Vozes, 1998.

FURTADO, Celso. **O Brasil pós-"milagre"**. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1981.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução à formação econômica do nordeste**. Recife: Massangana, 1989.

MARANHÃO, Sívio (org). **Estado e Planejamento regional: a experiência do nordeste brasileiro in A questão nordeste: estudos sobre a formação histórica,**

**desenvolvimento e processos políticos e ideológicos.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PERRUCE, Gadiel. **A formação história do Nordeste e a questão regional (1984) in A questão nordeste: estudos sobre a formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil.** São Paulo: Alfa Ômega, 1976.

SOUZA, Nali de J. **Desenvolvimento econômico.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 1997.